

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-8 – INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA

GESTÃO DO CONHECIMENTO EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS: PERFIL DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Luciana Gonçalves Silva Souza (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Elisângela Cristina Aganette (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

KNOWLEDGE MANAGEMENT IN DIGITAL REPOSITORIES: PROFILE OF BRAZILIAN INSTITUTIONS

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O presente artigo busca verificar iniciativas de gestão do conhecimento realizadas por instituições brasileiras por meio do uso de repositórios digitais. Apresenta reflexões sobre a gestão do conhecimento organizacional e sobre os repositórios como ferramentas de gestão do conhecimento. Com o objetivo de verificar as instituições que estão inseridas nesse contexto, foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo, que identificou o perfil das instituições que possuem repositórios institucionais de acesso aberto para organização e divulgação do conhecimento produzido. Os resultados indicaram que as instituições que mais adotam os repositórios estão vinculadas ao poder público federal e atuam na área de ensino superior. A essa conclusão pode-se atribuir o fato de incentivos proporcionados pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento de repositórios em Instituições de Ensino Superior para abrigar a produção científica do país. Dessa forma, compreende-se a importância dos repositórios institucionais como instrumento de gestão, preservação e disseminação do conhecimento organizacional produzido.

Palavras-Chave: Gestão do conhecimento; Repositórios institucionais; Comunicação científica; Acesso à informação.

Abstract: This article verifies knowledge management initiatives developed by Brazilian institutions through the use of digital repositories. It presents reflections on the management of organizational knowledge and on the repositories as tools of knowledge management. In order to verify the institutions that are inserted in this context, a quantitative research was conducted, which identified the characteristics of institutions that have open access institutional repositories for organization and dissemination of the knowledge produced. The results indicated that the institutions that most adopt

the repositories are linked to the federal public power and work in the area of higher education. To this conclusion can be attributed the fact of incentives provided by the Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia for the development of repositories in Higher Education Institutions to shelter the country's scientific production. In this way, the importance of institutional repositories is understood as an instrument for the management, preservation and dissemination of the organizational knowledge produced.

Keywords: Knowledge management; Institutional repositories; Scholarly communication; Information access.

1 INTRODUÇÃO

As organizações possuem o grande desafio de lidar com o conhecimento produzido em suas dependências, que muitas vezes não é materializado em documentos ou processos e estão em posse das pessoas que as integram, mas são extremamente necessários ao desenvolvimento de suas funções. A construção de estratégias de gestão do conhecimento produzido ocorre por meio da conversão do conhecimento tácito, o conhecimento pessoal, não formalizado em conhecimento explícito ou sistematizado.

A partir da percepção da importância da gestão do conhecimento para o desempenho organizacional, gestores e teóricos passaram a avaliar novas possibilidades de obtenção e transmissão de conhecimento. Viu-se, então, a necessidade de se utilizar ferramentas de apoio à gestão e disseminação de informações. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, esses processos se tornaram mais acessíveis.

Neste contexto emergem os Repositórios Institucionais (RI), ferramentas que visam abrigar e disponibilizar o conhecimento produzido facilitando a recuperação das informações armazenadas. No processo de gestão do conhecimento empresarial os RI oferecem plena condição de divulgação de informações produzidas no âmbito da instituição, possibilitando a geração de novos conhecimentos.

O presente artigo explora conceitos relacionados à gestão do conhecimento e à utilização de repositórios digitais para a realização desse propósito pelas organizações, e apresenta uma pesquisa de caráter quantitativo, que busca identificar as instituições brasileiras que utilizam repositórios de acesso aberto para organização e divulgação do conhecimento produzido.

2 DESENVOLVIMENTO

Nessa seção, são apresentados os referenciais teóricos que sustentam o desenvolvimento do presente artigo, relacionados à gestão do conhecimento no ambiente organizacional e ao papel dos repositórios digitais na gestão e divulgação das informações.

2.1 A gestão do conhecimento pelas organizações

A informação é insumo para o desenvolvimento organizacional. A compreensão de sua importância como agente condutor dos processos e da transformação em percepção, conhecimento e ação é extremamente necessário, conforme aponta Choo (1996). O autor identifica três áreas em que a criação e uso da informação vão desempenhar papel estratégico ao crescimento e adaptação organizacional. Na primeira, a organização busca e avalia informações para a tomada de decisão, sendo a escolha da informação um processo racional embasado em dados sobre os objetivos organizacionais, alternativas viáveis, possíveis resultados obtidos a partir dessas alternativas e valores obtidos com esses resultados. O autor esclarece que na prática o processo de tomada de decisão é complexo, mas é instrumento essencial para análise do comportamento organizacional. A segunda área diz respeito ao uso da informação para atribuir sentido às mudanças no ambiente externo. O sucesso ou fracasso das organizações estão ligados à força e à dinâmica de mercado, o que as obrigam a estarem em constante alerta às mudanças e integradas aos relacionamentos estabelecidos. A vantagem competitiva estará com empresas que compreendam a dinâmica do mercado e consigam se adaptar às alterações, interpretando as mudanças e oferecendo respostas adequadas. A terceira área compreende a criação, organização e processamento de informações para a construção de novos conhecimentos inseridos no processo de aprendizagem organizacional. O conhecimento criado vai ser utilizado para gerar ou aprimorar produtos, serviços ou processos organizacionais existentes. Nesse sentido, o autor discute o desafio de se identificar e utilizar o conhecimento disperso nas organizações. Sabe-se que ele existe, mas está, em sua maior parte, nos indivíduos e não registrado em meio físico, de forma que esteja disponível para uso (CHOO, 1996).

Dessa maneira, o conhecimento é um importante aspecto que garantirá vantagem competitiva em cenários de inovação e competição e sua sistematização é algo essencial para o uso em processos de trabalho e nos momentos de tomada de decisão. O sentido da apreensão do conhecimento empresarial está no compartilhamento, na construção de novos conhecimentos a partir do conhecimento pessoal, ou tácito, que se transforma em

organizacional, de forma explícita (NONAKA, 2008). À empresa cabe o gerenciamento desse processo cognitivo, tornando o conhecimento disponível aos seus colaboradores, em todos os níveis organizacionais.

A empresa deve buscar compreender e trabalhar tanto com o conhecimento tácito, quanto com o conhecimento explícito. Conforme Nonaka (2008, p. 42), o conhecimento explícito “[...] é formal e sistemático. Por essa razão, pode ser facilmente comunicado e compartilhado, seja nas especificações do produto ou em uma fórmula científica ou programa de computador”. Assim, são normalmente passíveis de identificação pelas organizações. Contudo, o caráter inovador das organizações está na captação do conhecimento tácito produzido, conhecimento que, segundo o autor:

[...] é altamente pessoal. É difícil de formalizar e, por isso, difícil de comunicar aos outros [...] O conhecimento tácito também está profundamente enraizado na ação e no comprometimento do indivíduo em um contexto específico – um artesanato ou profissão, uma determinada tecnologia ou mercado de produto ou as atividades de um grupo ou equipe de trabalho. O conhecimento tácito consiste parcialmente em habilidades técnicas – o tipo de habilidade informal, difícil de determinar, captado no termo “know-how” (NONAKA, 2008, p. 42).

No contexto organizacional são apresentados, conforme Nonaka (2008), quatro padrões para a criação de conhecimentos, sendo estes:

1 – De conhecimento tácito para tácito: um indivíduo pode compartilhar um conhecimento tácito com outro, socializando o conhecimento que possui. Como não se torna explícito, a empresa tem grande dificuldade em sua compilação. Esse é o processo denominado socialização, conforme Takeuchi e Nonaka (2008).

2 – De explícito para explícito: um conhecimento explícito pode ser utilizado para a geração de um novo conhecimento, também explícito. Um exemplo apresentado por Nonaka (2008) é a geração de relatórios financeiros a partir de dados organizacionais, obtidos de diversas fontes. Nesse caso, não há ampliação da base de conhecimentos existentes, mas, sim, uma compilação, denominação atribuída por Takeuchi e Nonaka (2008) ao processo realizado.

3 – De tácito para explícito: com o compartilhamento de um conhecimento tácito entre indivíduos pode haver a conversão desse aspecto em conhecimento explícito, por meio de seu registro que será repassado à equipe. No exemplo do relatório elaborado a partir do conhecimento explícito, se houver também uma interpretação dos dados ou a

inclusão de uma abordagem para o controle do orçamento, tendo por base o conhecimento do profissional que o elaborou, que foi adquirido pelo tempo de trabalho na função, ocorre esse processo. É o processo chamado de externalização, conforme Takeuchi e Nonaka (2008).

4 – De explícito para tácito: a disseminação e assimilação do conhecimento explícito dentro da organização faz com que os indivíduos internalizem-no e o utilizem para “ampliar, estender e reformular seu próprio conhecimento tácito” (NONAKA, 2008, p. 43). Essa condição é chamada internalização por Takeuchi e Nonaka (2008).

Os referidos processos são compreendidos por Nonaka (2008) e Takeuchi e Nonaka (2008) como um espiral do conhecimento, integrando as quatro etapas. Ao reiniciar o espiral, são incluídos conhecimentos em nível mais elevado, considerando os *insights* tácitos conseguidos a partir da internalização do conhecimento explícito.

Diante do contexto de gestão e disseminação do conhecimento organizacional, tendo em vista a manutenção do espiral do conhecimento, como apontado por Nonaka (2008), podem ser identificadas soluções tecnológicas que auxiliam a organização no cumprimento de seu papel de gerenciamento do conhecimento produzido, buscando torná-lo acessível a todos os integrantes da empresa, de modo simples, intuitivo e seguro.

Confirmando a temática, que discute a Gestão do Conhecimento (GC) em ambientes organizacionais, Nonaka e Takeuchi (2011) entendem que para o gestor lidar com as pressões impostas no cotidiano da empresa, o conhecimento é mais crítico do que nunca. A gestão do conhecimento no contexto empresarial atualmente representa um diferencial de competitividade. Investir em gestão do conhecimento é identificar "necessidades individuais e coletivas associadas aos processos de criação e aprendizado" (TERRA, 2005, p. 1-2). Manter um ambiente de criação e aprendizado nas organizações consiste em motivar os indivíduos a desenvolverem ideias e competências, habilidades estas que impulsionam o crescimento pessoal e empresarial. Nesse contexto, o autor discute a contribuição das tecnologias de informação e comunicação para a geração e difusão do conhecimento organizacional e esclarece que:

A Gestão do Conhecimento centra-se em três aspectos principais: foco nos ativos intangíveis (principalmente o fator humano), tomar a gestão do conhecimento algo explícito, incentivar e criar mecanismos que facilitem aos empregados o compartilhamento de seus conhecimentos (TERRA, 2005, p. 3).

A adoção de soluções tecnológicas de estruturação, compartilhamento e divulgação do conhecimento produzido pelas organizações, auxiliará na redução de duplicação de esforços no contexto organizacional, facilitará o compartilhamento do conhecimento, eliminando possíveis barreiras físicas e temporais de acesso e, ainda, irá formalizar um ambiente propício à inovação.

Em discussão sobre o papel da Tecnologia da Informação (TI) na gestão do conhecimento organizacional, Rossetti e Morales (2007, p. 133) afirmam que a TI é hoje considerada um instrumento de comunicação e gestão da organização, e deve estar vinculada a todas as funções empresariais. Está totalmente integrada à gestão do conhecimento, e "Sua função é identificar e/ou desenvolver e implantar tecnologias e sistemas de informação que dêem apoio à comunicação empresarial e à troca de idéias e experiências".

Esse apoio à comunicação empresarial é realizado de maneira estruturada por meio de recursos tecnológicos de gestão e divulgação do conhecimento institucional.

Ao se mencionar soluções tecnológicas pode-se incluir as intranets, bibliotecas digitais, repositórios institucionais, entre outros. Segundo Monteiro e Falsarella (2007, p. 14), a gestão da informação deve tratar do capital intelectual da empresa, atuar na catalogação e no armazenamento das informações obtidas em função dos projetos e a utilização dos diversos sistemas eletrônicos para esse suporte tais como: i) Sistema Integrado de Gestão (SIG); ii) *Business Intelligence (BI)*; iii) Sistema de Apoio à Decisão (SAD); iv) Sistema de Processamento de Transações (SPT); v) *Workflow* (fluxo de trabalho); vi) *Knowledge Management System (KMS)* e ainda das ferramentas de GP, que fazem o acompanhamento e o controle das atividades do projeto.

2.2 Repositórios digitais como ferramentas de gestão do conhecimento

Os repositórios digitais, ou bibliotecas digitais, como também são conhecidos, abrigam o conhecimento organizado, refletindo, principalmente, o conhecimento sobre um determinado assunto ou a produção desenvolvida por uma instituição. E, ainda, auxiliam no processo de gestão e recuperação das informações abrigadas. São conceituados como:

Mecanismos para administrar, armazenar e preservar conteúdos informacionais em formato eletrônico, e que podem ter como foco um assunto (repositórios temáticos) ou a produção científica de uma instituição (repositórios institucionais). Muitos permitem o acesso universal e gratuito a seus conteúdos, que variam de acordo com a política de cada instituição.

São coleções digitais de documentos de interesse para a pesquisa científica e, no caso dos institucionais, representam a sua memória científica (PINHEIRO; FERREZ, 2014, p. 195).

O histórico de implantação dos repositórios digitais brasileiros esteve vinculado a movimentos em prol do acesso aberto, como a Budapest Open Access Initiative (2002), o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica¹ (2005), a Declaração de Salvador – Compromisso com a Equidade² (2005), a Carta de São Paulo³ (2005) e a Declaração de Florianópolis⁴ (2006). Esses movimentos ressaltam a importância das instituições científicas, ao criarem repositórios institucionais para abrigar e disponibilizar a produção documental de seus membros.

A ação inicial em caráter internacional que resultou na *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), divulgada no ano de 2002, defendia o uso de repositórios para disseminação das pesquisas científicas, com a realização do autoarquivamento das produções, movimento que denominou via verde (*Green Road*). Este procedimento, juntamente com a proposta de publicações em periódicos de acesso aberto, especificado como via dourada (*Golden Road*), proporcionam a difusão da produção científica, em detrimento das práticas comerciais existentes com relação a esse tipo de produção (MARRA, 2014).

Neste sentido, as definições de repositórios digitais comumente abrangem o propósito do acesso aberto como um aspecto importante, conforme afirmam Marcondes e Sayão (2009, p. 10):

Repositórios institucionais são entendidos hoje como elementos de uma rede ou infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinados a garantir a guarda, preservação a longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição.

Compreendendo também a perspectiva da preservação e construção de memórias coletivas da instituição, Dodebei (2009, p. 91) apresenta os repositórios como “uma base de dados digital e virtual (*web-based database*), de caráter coletivo e cumulativo (memória da

¹ Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

² Disponível em: <<http://modelo.bvsalud.org/download/publicacoes/Dcl-Salvador-Compromisso-pt.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

³ Declaração de apoio ao acesso aberto à literatura científica - "Carta de São Paulo". Disponível em: <http://www.forum-global.de/acessoaberto/carta_de_sao_paulo_acesso_aberto.htm>. Acesso em: 02 jul. 2018.

⁴ Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/abecip/DeclFlor.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

instituição), de acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição”. Como ferramentas de gestão do conhecimento, os repositórios se colocam no contexto da informação científica possibilitando o intercâmbio da informação e a visibilidade da produção de instituições e pesquisadores. Costa e Leite (2006, p. 218) afirmam:

Vistos como uma ferramenta de gestão do conhecimento que, se utilizada em sua plenitude, pode potencializar a troca de conhecimento no seio das comunidades científicas em diferentes níveis de agregação, [os repositórios institucionais] alimentam a preocupação com o acesso à pesquisa e os impactos causados pelo acesso livre (open access) ao conhecimento gerado por pesquisadores de todas as áreas do conhecimento.

Fachin *et al.* (2009) também ressaltam o papel dos repositórios como instrumentos da gestão do conhecimento organizacional. Discutem o posicionamento dos usuários como sujeitos ativos no processo de uso da ferramenta, indicando os aspectos cognitivos envolvidos na busca de informações e na indexação dos conteúdos. Nesse contexto, o conhecimento possuído pelos atores envolvidos no uso e alimentação do repositório vai interferir no processo de busca e recuperação da informação. Esse fato justifica a utilização da visão cognitiva na estruturação do RI, de forma a padronizar os processos e otimizar a recuperação do conhecimento abrigado. Afirmam:

Constata-se que os repositórios institucionais são um dos recursos mais viáveis, confiáveis e eficazes para a implantação de gestão do conhecimento em qualquer organização; principalmente quando enriquecido pelas técnicas da ciência da cognição, além das mais recentes ferramentas de tecnologia de informação e comunicação (FACHIN *et al.*, 2009, p. 232).

Leite e Costa (2006, p. 214) também discutiram o papel dos repositórios na gestão do conhecimento científico e identificaram similaridades entre os processos do sistema de comunicação científica e as atividades da gestão do conhecimento, que conduziram à seguinte afirmação: “[...] os RI podem ser considerados, portanto, um mecanismo que emerge como uma poderosa alternativa tanto para a comunicação quanto para a gestão do conhecimento científico”.

Os repositórios institucionais possibilitam às organizações estruturarem as informações que desejam manter disponíveis aos usuários, que podem se constituir tanto do público interno quanto externo. Oferecem ainda, organização hierárquica dos itens informacionais incluídos, que normalmente são dispostos em sua estrutura de arranjo

composta por comunidades e coleções. As comunidades podem ser organizadas conforme a necessidade da instituição, de maneira que a navegação fique mais intuitiva, conduzindo às coleções que vão abrigar os itens informacionais.

Ao se definir a maneira como os repositórios institucionais (RIs) serão devidamente estruturados e organizados, faz-se necessários estudos por partes dos gestores da ferramenta, sendo que estes devem considerar as informações e tipologias documentais que serão incluídas, as possibilidades de uso e recuperação do conteúdo, as estruturas e esquemas de organização da informação, que comporão a modelagem tecnológica, tornando-a de fato eficiente. Assim, conforme Monteiro (2008, p. 18), "a organização das informações em RIs tem importância fundamental na localização e utilização dos documentos".

Assim, pode-se afirmar que a estruturação dos repositórios pelas organizações pode oferecer facilidade de acesso às informações e ao conhecimento produzido, incentivar a transformação de conhecimento tácito em explícito ao prover o suporte para a divulgação dos documentos produzidos pelos membros da organização e possibilitar o intercâmbio e a criação de novos conhecimentos a partir das produções disponíveis na ferramenta. Diante das vantagens oferecidas, as instituições brasileiras têm estruturado e organizado repositórios com acesso aberto. Dessa forma, a presente pesquisa tem o propósito de identificar as organizações do país que têm adotado repositórios digitais para realizar a gestão e divulgação do conhecimento produzido em suas dependências.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do presente artigo, que se caracteriza como uma pesquisa exploratória, utilizou-se o método quantitativo, por meio do levantamento dos repositórios digitais brasileiros, com intuito de identificar similaridades a partir do estudo da amostra escolhida. De acordo com Creswell (2014, p. 178) o objetivo do levantamento, enquanto uma estratégia de investigação quantitativa "é generalizar a partir de uma amostra para uma população, para que possam ser feitas inferências sobre algumas características, atitudes ou comportamentos dessa população". Assim, este artigo busca identificar o perfil das instituições que utilizam repositórios digitais de acesso aberto para gestão e disseminação do conhecimento produzido por seus integrantes.

A coleta dos dados teve como fonte o Catálogo de Repositórios Digitais disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A instituição, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), atua no contexto da pesquisa em informação, ciência e tecnologia no Brasil, oferece produtos e serviços à sociedade e auxilia no desenvolvimento da pesquisa e da gestão da informação científica e tecnológica. A relação de repositórios apresentada pelo IBICT foi obtida, conforme dados apresentados na página do Instituto, por meio de listas nacionais e diretórios internacionais de repositórios digitais.

Como resultado, o Catálogo pesquisado apresentou uma lista de 110 repositórios digitais. A primeira análise foi realizada com o objetivo de identificar, entre os 110 repositórios, os que são caracterizados como repositórios institucionais, ou seja, bases de dados que abrigam sistematicamente a produção de uma instituição, com o objetivo de disponibilizá-la às comunidades interessadas (SAYÃO; MARCONDES, 2009). A outra tipologia de repositórios apresentada, que não é escopo do presente artigo, são os repositórios temáticos, que reúnem a produção intelectual seguindo áreas do conhecimento específicas.

Para a identificação dos repositórios institucionais, os *softwares* listados pelo IBICT foram acessados e em seguida analisou-se os textos de apresentação e/ou as políticas de informação, documentos que identificam a forma de organização e o conteúdo abrigado nos repositórios. Assim, pode-se concluir que, dos 110 *softwares* listados, 92 são repositórios institucionais.

Para efeito de verificação das atividades desenvolvidas pelas instituições mantenedoras, foram selecionados apenas os repositórios ativos, que totalizou 80 repositórios, sendo 12 inativos. Os 12 repositórios inativos foram excluídos da análise. Trabalhou-se com dados referentes aos 80 repositórios institucionais de acesso aberto. Optou-se por identificar as instituições por natureza: pública ou privada, verificando a esfera de atuação das instituições públicas e a área de ação das instituições privadas, com o intuito de se compreender a predominância de alguns ramos específicos das referidas instituições.

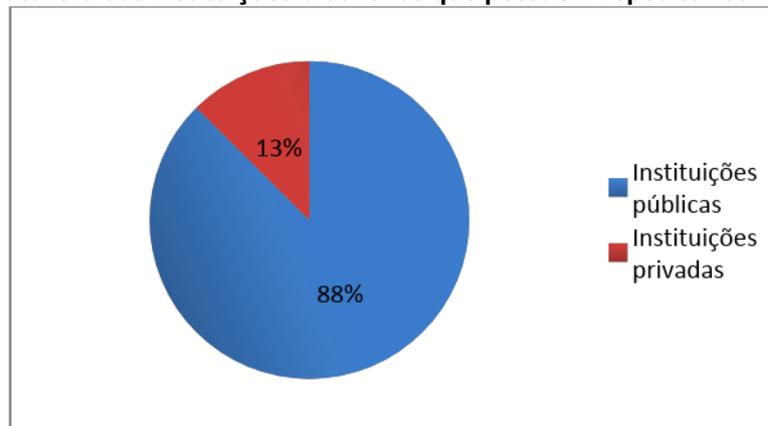
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da identificação dos repositórios institucionais brasileiros selecionados para o desenvolvimento do presente artigo, foi possível verificar as seguintes características.

4.1 Natureza das instituições brasileiras que possuem repositórios de acesso aberto

A primeira identificação foi quanto à natureza das instituições brasileiras que apresentam repositórios de acesso aberto. Dos 80 repositórios, 70 estão vinculados a instituições públicas, totalizando 87% do total, e 10 a instituições privadas, compreendendo 13% do total de instituições que possuem repositório, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1: Natureza das instituições brasileiras que possuem repositórios institucionais.



Fonte: dados da pesquisa.

A partir destes dados, pode-se perceber que as instituições públicas são as que mais utilizam, atualmente, os repositórios para inclusão de sua produção. Acredita-se que a condição deve-se à adoção dos repositórios por instituições científicas e de pesquisa, que utilizam a ferramenta como um instrumento de divulgação do conhecimento produzido. No Brasil, a produção científica é ainda elaborada em grande escala por instituições públicas. Um posicionamento a esse respeito, considerando a pesquisa científica nacional, é apontado por Kuramoto (2009, p. 203):

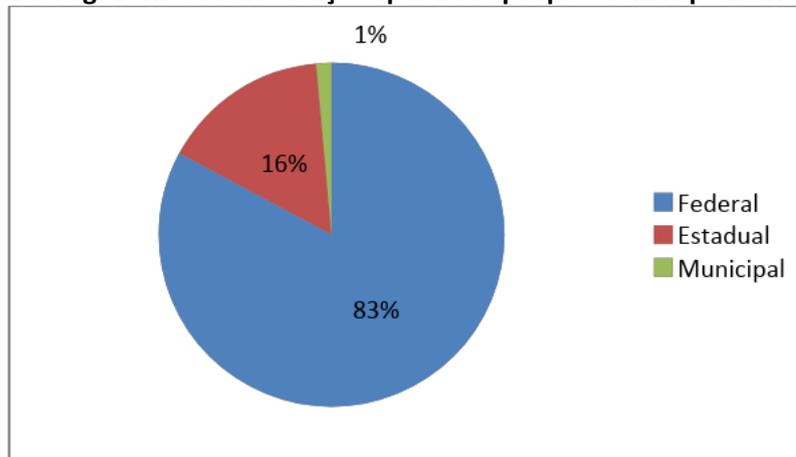
[...] Para os países, a construção de uma rede de RI integrando a sua produção científica nacional, significa dar maior transparência aos investimentos em ciência, assim como maior governabilidade. Esses benefícios aos países ou governos é possível graças às possibilidades que estes ganham com a implantação de RI em todas as suas universidades e centros de pesquisa. Mais do que simplesmente promover o registro e a disseminação da sua produção científica nacional, a criação de uma rede nacional de RI possibilita a geração de uma série de indicadores que serão de fundamental importância na gestão de financiamento da ciência em um país.

Das 10 instituições privadas levantadas, uma se caracteriza também como privada comunitária e uma como privada, filantrópica e confessional.

4.2 Esfera de governo das instituições públicas que possuem repositórios de acesso aberto

As 70 instituições públicas são definidas da seguinte forma, quanto à esfera de governo: 58 são instituições de âmbito federal, 11 de âmbito estadual e uma municipal, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Esfera de governo das instituições públicas que possuem repositórios institucionais.



Fonte: dados da pesquisa.

Assim, os dados apontam que as instituições de âmbito federal são grande maioria na adoção de repositórios institucionais de acesso livre. Em segundo lugar estão as instituições estaduais, com um percentual de 16%. Apenas uma instituição municipal adotou a ferramenta. A esse respeito, Sayão e Marcondes (2009) esclarecem aspectos relativos à criação de repositórios:

A criação de repositórios institucionais compreende um grande número de atividades que ensejam aspectos políticos, legais, educacionais, culturais e alguns componentes técnicos importantes. O encaminhamento correto desses vários aspectos e de suas interrelações é que vai determinar o perfil do repositório e a sua aproximação aos objetivos fixados pela organização e, por fim, o sucesso do empreendimento (SAYÃO; MARCONDES, 2009, p. 24).

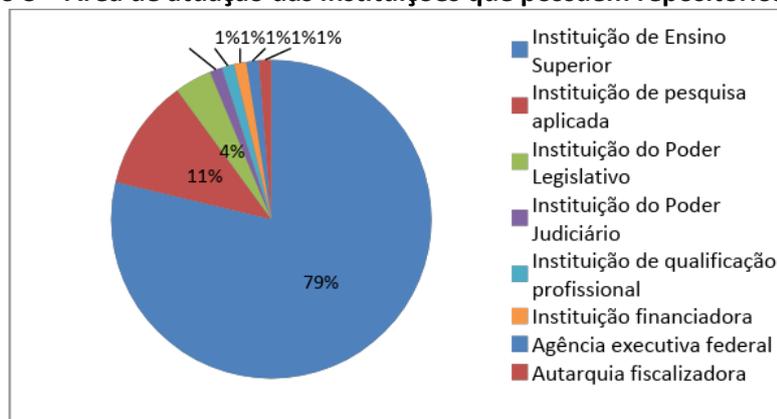
Quanto aos aspectos citados pelos autores, especialmente com relação ao político, podem ser compreendidas as iniciativas do IBICT no ano de 2009 a respeito de um projeto piloto de implantação de repositórios digitais em cinco universidades federais e de um edital que previa a distribuição de kits tecnológicos de instalação de repositórios e portais de periódicos de acesso aberto, que integravam: “um servidor configurado com sistema operacional baseado na plataforma Unix/Linux; softwares básicos: Apache, MySQL e PHP; pacotes de softwares open source: Dspace e SEER” (MARRA, 2014, p. 335). Foram selecionadas 27 instituições e, dessas, 25 eram vinculadas ao governo federal.

4.3 Área de atuação das instituições que possuem repositórios de acesso aberto

Quanto à área de atuação, as instituições se caracterizam da seguinte forma, conforme Gráfico 3:

- a) 63 instituições são Instituições de Ensino Superior;
- b) Nove são instituições de pesquisa aplicada, todas em nível federal;
- c) Três estão vinculadas ao poder legislativo, sendo duas a nível federal e uma a nível estadual;
- d) Uma está vinculada ao poder judiciário federal;
- e) Uma é instituição de qualificação profissional de nível federal;
- f) Uma é uma instituição financiadora pública federal;
- g) Uma é uma agência executiva federal;
- h) Uma é uma autarquia federal fiscalizadora.

Gráfico 3 – Área de atuação das instituições que possuem repositórios institucionais.



Fonte: dados da pesquisa.

A frequência do uso de repositórios por Instituições de Ensino Superior pode ser caracterizada também pelas propostas iniciais do IBICT de distribuição dos kits e projeto piloto de implantação de repositórios em instituições brasileiras, como apresentado no item anterior, 4.2. Já a ampliação dessa iniciativa pode ser percebida pela afirmação de Leite e Costa (2006, p. 212):

O desenvolvimento de repositórios institucionais – RI - tem se dado, amplamente, no contexto de universidades, a despeito de iniciativas outras em instituições governamentais, principalmente, mas em escala significativamente menor, e mais recentemente. [...] Nesse sentido, visam, em última instância, ao melhoramento do processo de comunicação científica. Para isso, provêm os mecanismos que aumentam tanto a eficácia da preservação da produção intelectual de pesquisadores e instituições acadêmicos quanto a visibilidade de ambos.

Compartilhando dessa compreensão, Kuramoto (2009, p. 203) acrescenta benefícios conseguidos pelos pesquisadores e pelas instituições, os quais instigam a adoção da ferramenta:

Para os pesquisadores, essa iniciativa proporciona maior visibilidade às suas pesquisas e, mesmo à sua pessoa. Além da possibilidade de ter o seu trabalho citado, ele, certamente, ficará mais conhecido no meio acadêmico. Da mesma forma, as instituições de ensino e pesquisa que mantêm os seus RI atualizados ganham também maior visibilidade e competitividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou suscitar discussões a respeito da gestão do conhecimento organizacional por meio dos repositórios digitais e, assim, identificou as instituições que já utilizam a ferramenta como apoio a esta função, tendo em vista a reunião, organização, preservação e disseminação dos conteúdos.

Ainda que os repositórios de acesso aberto brasileiros estejam vinculados principalmente a instituições científicas e públicas, é notório seu desempenho se implantado em todos os tipos de organizações, pois o conteúdo abrigado auxilia os indivíduos no desenvolvimento das atividades administrativas, estratégicas e operacionais realizadas. Com isso, o acesso ao conhecimento é ampliado e a gestão se torna mais eficiente.

Assim, ter facilidade de acesso e recuperação do conhecimento produzido em uma organização faz com que se reduzam retrabalhos, erros e que se aprimore o ciclo do conhecimento, além de incentivar o processo de transformação do conhecimento tácito em explícito. Depreende-se, então, que a adoção de repositórios pelas organizações auxilia os processos de tomada de decisão e o alinhamento estratégico, além de contribuir para o correto desempenho de todos os níveis organizacionais, incentivando a inovação.

Desse modo, a constituição de repositórios oferece outras vantagens a serem consideradas pelas instituições, além das ligadas à gestão, à disseminação e à produção de novos conhecimentos. A adoção por instituições de pesquisa ainda é expressiva com relação a outras instituições, mas acredita-se que essa realidade vai ser transformada quando as empresas perceberem as vantagens na implantação da ferramenta.

REFERÊNCIAS

CHOO, C. W. C. W. The knowing organization: how organizations use information to construct meaning, create knowledge, and make decisions. **Library & Information Science Research**, v. 16, n. 5, p. 329–340, 2006.

COSTA, Sely M. S.; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidades. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1015>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

DODEBEI, Vera. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 83-106.

FACHIN, Gleisy Regina Bories et al. Gestão do conhecimento e a visão cognitiva dos repositórios institucionais. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 14, n. 2, p. 220-236, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a15.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

KURAMOTO, Hélio. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203-218.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely Maria de Souza. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n2/v11n2a05.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-22.

MARRA, Patrícia dos Santos Caldas. Visibilidade dos repositórios institucionais brasileiros: análise de diretórios internacionais de acesso aberto. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 8, n. 3, mar. 2014. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/672>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

MONTEIRO, Fernanda de Souza. **Organização da informação em repositórios digitais institucionais com ênfase na descrição física e descrição temática**. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1096/1/DISSERTACAO_2008_FernandaDeSMonteiro.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

MONTEIRO, Nabor Alves; FALSARELLA, Orandi Mina. Um modelo de gestão da informação para aprendizagem organizacional em projetos empresariais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 81-97, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2018.

NONAKA, Ikujiro. A empresa criadora de conhecimento. In: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 39-53.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. El líder sabio: cómo los CEO pueden adquirir la sabiduría práctica que les ayude a hacer lo correcto para sus empresas y la sociedad. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 4, p. 18-28, 2011.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014. 384 p.

QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de. A natureza jurídica dos conselhos fiscais de profissões regulamentadas. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 11, n. 1211, 25 out. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9082>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ROSSETTI, Adroaldo Guimarães; MORALES, Aran Bey Tcholakian. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 124-135, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a09v36n1>>. Acesso em: 17 set. 2018.

SCHOLZE, Simone; CHAMAS, Claudia. Instituições públicas de pesquisa e o setor empresarial: o papel da inovação e da propriedade intelectual. **Parcerias Estratégicas**, v. 5, n. 8, p. 85-92, 2009. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/107>. Acesso em: 03 jul. 2018.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Criação e dialética do conhecimento. In: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 17-38.

TERRA, José Cláudio C. Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial! **Terra Forum**, 2005. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_105186_c-gestao_do_conhecimento_o_gbande_desafio_pdf.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.